



AVALIAÇÃO UNIFICADA

CADERNO DE QUESTÕES

INSTRUÇÕES

- Você está recebendo o CADERNO DE QUESTÕES e a FOLHA DE RESPOSTA.
- Para cada questão há somente uma alternativa correta. Assinale na folha de respostas a alternativa que julgar correta.
- Não é permitido nenhum tipo de consulta, incluindo Calculadoras e Códigos Jurídicos.
- O cartão de resposta não será substituído em hipótese alguma.
- Término da prova: **21h**
- Tempo mínimo para entrega da prova: 40 min.

CURSO/PERÍODO

DIREITO - 2º PERÍODO - DATA: 28/09/2026

GABARITO RASCUNHO

01	A	B	C	D
02	A	B	C	D
03	A	B	C	D
04	A	B	C	D
05	A	B	C	D
06	A	B	C	D
07	A	B	C	D
08	A	B	C	D
09	A	B	C	D
10	A	B	C	D
11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D
16	A	B	C	D
17	A	B	C	D
18	A	B	C	D
19	A	B	C	D
20	A	B	C	D
21	A	B	C	D
22	A	B	C	D
23	A	B	C	D
24	A	B	C	D
25	A	B	C	D

"Respire fundo e confie nas horas de estudo que te trouxeram até aqui.

O futuro do Direito precisa de profissionais dedicados como você.

Boa prova!"

Disciplina: Direito Penal - Parte Geral II
Professor: Eliel Ribeiro Carvalho

Questão 01

Analise as assertivas e em seguida marque a alternativa correta:

- I. Existe estado de necessidade quando alguém, para salvar um bem jurídico próprio ou de terceiro (exposto a uma situação de perigo), atinge outro bem jurídico.
 - II. Para ser cabível a excludente do estado de necessidade, também é necessário que a situação de perigo não tenha sido causada voluntariamente (entenda-se dolosamente) pela própria pessoa.
 - III. A legítima defesa deve ser feita com moderação. O ato de defesa deve ser proporcional à gravidade da ameaça ou agressão.
 - IV. O estrito cumprimento do dever legal é uma causa excludente de ilicitude que ocorre em casos de funcionários públicos (ou agentes particulares que exercem funções públicas), os quais em determinadas situações são obrigados a violar bem jurídico de indivíduos pelo estabelecimento de um dever legal.
- a) somente as assertivas I e IV estão corretas.
 - b) somente as assertivas II e III estão corretas.
 - c) somente as assertivas I e III estão corretas.
 - d) todas as assertivas estão corretas.

Questão 02

No sistema penal brasileiro, a aferição da imputabilidade penal e a verificação das causas de sua exclusão exigem a adoção de critérios específicos definidos pelo Código Penal. Em regra, para a análise do desenvolvimento mental incompleto ou retardado, bem como da doença mental, o ordenamento jurídico adotou determinado critério. Assinale a alternativa que indica corretamente o critério adotado **como regra geral** pelo Código Penal Brasileiro (Art. 26, *caput*) e sua respectiva aplicação:

- a) Critério Biológico, segundo o qual basta a comprovação diagnóstica da doença mental ou do desenvolvimento mental incompleto/retardado no momento da ação para isentar o agente de pena.
- b) Critério Psicológico, que exige apenas a demonstração de que o agente não tinha capacidade de entender o caráter ilícito do fato no momento da conduta, independentemente de patologia mental prévia.
- c) Critério Biopsicológico, que exige a concomitância de dois requisitos: a existência de anomalia psíquica/doença mental (elemento biológico) e a consequente incapacidade de entender a ilicitude do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento ao tempo da ação/omissão (elemento psicológico).
- d) Critério Bio-socio-psicológico, que vincula a responsabilidade penal ao meio social em que o agente está inserido, somado ao grau de instrução e à incapacidade intelectual no momento do crime.

Questão 03

No que se refere às causas de inimputabilidade, assinale a alternativa INCORRETA

- a) O Código Penal é claro ao dispor, no artigo 28, que a emoção e a paixão excluem a imputabilidade penal.

- b) Menores de 18 anos são penalmente inimputáveis. Eles estão sujeitos à legislação especial, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e não ao Código Penal. Ou seja, não cometem “crimes”, mas sim atos infracionais.
- c) A imputabilidade é um dos elementos da culpabilidade.
- d) A imputabilidade é a capacidade mental e psicológica do indivíduo de entender o caráter ilícito de sua conduta e de agir de acordo com esse entendimento.

Questão 04

A embriaguez, seja por álcool ou substâncias de efeitos análogos, possui tratamento detalhado no Código Penal quanto aos seus reflexos na imputabilidade. Considerando a disciplina do Art. 28 do Código Penal, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A embriaguez voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos, exclui a imputabilidade penal, devendo o agente ser absolvido por ausência de dolo.
- b) A embriaguez proveniente de caso fortuito ou força maior que retire totalmente a capacidade do agente de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento isenta-o de pena (exclui a imputabilidade).
- c) A embriaguez preordenada, na qual o agente se embriaga intencionalmente para praticar o delito, isenta o agente de pena, aplicando-se a teoria da *actio libera in causa* apenas em crimes culposos.
- d) A embriaguez involuntária incompleta sempre isenta o agente de pena, independentemente do grau de alteração da capacidade de entendimento no momento da conduta.

Questão 05

No tocante ao concurso de pessoas, são requisitos necessários, EXCETO:

- a) Pluralidade de agentes culpáveis.
- b) Relevância causal das condutas para a produção do resultado.
- c) A ocorrência de mais de um crime para todos os agentes.
- d) Vínculo subjetivo.

Disciplina: Direito Civil – Parte Geral II Professor: Ronaldo Carvalho Silva Filho

Questão 06

ARLINDO ORLANDO e MARIPOSA APAIXONADA DE GUADALUPE celebraram um "Instrumento Particular de Promessa de Permuta" de dois imóveis urbanos situados em Iturama/MG. O imóvel de ARLINDO ORLANDO foi avaliado em R\$ 120.000,00 e o MARIPOSA em R\$ 150.000,00. No contrato, as partes inseriram expressamente uma cláusula condicionante, estipulando que o negócio jurídico definitivo de permuta só seria considerado perfeitamente concluído e vinculante após a lavratura da respectiva Escritura Pública. Antes da lavratura da escritura, MARIPOSA arrependeu-se do negócio e recusou-se a assinar qualquer outro documento. ARLINDO ORLANDO, então, ajuizou ação de obrigação de fazer para exigir a outorga da escritura, alegando que o valor individual de cada imóvel ultrapassa o teto legal, mas que o consentimento já havia sido formalizado no instrumento particular. Considerando as regras do Código Civil sobre a forma dos negócios jurídicos, assinale a alternativa correta:

- a) A exigência de escritura pública do Artigo 108 do Código Civil não se aplica ao caso, pois o valor que deve ser considerado é a diferença entre os imóveis (torna), que foi de R\$ 30.000,00, valor inferior a 30 salários-mínimos.

- b) Havendo cláusula contratual estipulando que o negócio dependa de escritura pública, esta se torna essencial para a validade do ato, de modo que, antes de lavrada, nenhuma das partes pode exigir o cumprimento da obrigação principal, assistindo razão a Mariposa.
- c) O instrumento particular de permuta é perfeitamente válido e eficaz para transferir a propriedade real dos bens, uma vez que o princípio da liberdade das formas prevalece sobre as convenções particulares das partes.
- d) Por se tratar de contrato bilateral e oneroso, a forma pública é facultativa, podendo o juiz suprir judicialmente a vontade de Mariposa e determinar a expedição de carta de adjudicação compulsória com base apenas no instrumento particular.

Questão 07

SHOPEDRO nasceu no ano de 1971, concebido por meio de parto normal em que pesou 6,00 kg (seis quilos). A concepção de SHOPEDRO foi muito desejada, tendo seus pais após o nascimento o mimado da melhor forma possível. Preocupados com a saúde e o futuro de SHOPEDRO os pais empreenderam uma dieta nada convencional. Ao acordar SHOPEDRO tomava 03 (três) colheres de biotônico fontoura com fava de sucupira. Seu café da manhã era composto de gemada de ovo de pata com caracu. O almoço continha carne de porco guardada na banha. O lanche da tarde era pão com mortadela e guaraná cotuba. O jantar era mais light, apenas 03 (três) copos de leite com farinha de milho. Pois bem, atualmente SHOPEDRO pesa 124 kgs, é diabético, impotente, tem depressão, hipertensão, sofre com queda de cabelo, é depressivo, tem sífilis, insônia, ansiedade, sofre com tonturas, tem cataratas, gastrite, sinusite, mau hálito, transtorno bipolar, incontinência urinária, esteatose hepática (gordura no fígado), gota, apneia do sono, labirintite, refluxo gastroesofágico, psoríase e hemorroidas. Em 2009, SHOPEDRO convidou seus amigos para assistirem o mundial de Berlim de atletismo, tendo o atleta Usain Bolt batido o recorde mundial na prova dos 100 metros rasos masculino com o tempo de 9s58 (nove segundos e cinquenta e oito centésimos). Em outro encontro na casa de SHOPEDRO no ano de 2025, regado à cerveja Bavária e churrasco de carne de javali, ele e seus amigos assistiram o atleta Erik Cardoso bater o recorde brasileiro da mesma prova com o tempo de 9s93 (nove segundos e noventa e três centésimos). Eis então que o melhor amigo de SHOPEDRO propôs a seguinte condição ao mesmo: “Te dou R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) se correres 100 metros em até 10 segundos”. Considerando o exposto é correto afirmar que a condição estabelecida é:

- a) Impossível fisicamente.
- b) Impossível juridicamente.
- c) Possível fisicamente.
- d) Puramente potestativa.

Questão 08

SAFENO enviava mensalmente a TSUNAMI, de forma contínua há mais de três anos, lotes de insumos agrícolas acompanhados de uma fatura com prazo de pagamento para 30 dias. Em todas as ocasiões anteriores, TSUNAMI recebia as mercadorias em seu depósito, silenciava por alguns dias e, no vencimento, efetuava o pagamento regular, sem nunca ter assinado um contrato de compra e venda por escrito. No mês de maio de 2025, SAFENO entregou um novo lote idêntico aos anteriores. TSUNAMI recebeu os insumos, utilizou-os em sua lavoura, mas permaneceu em silêncio. No vencimento da fatura, TSUNAMI recusou-se a efetuar o pagamento, alegando que o negócio jurídico de compra e venda jamais se constituiu naquele mês, visto que ele não emitiu nenhuma declaração de vontade expressa de aceitação e que, no direito civil brasileiro, "quem cala não consente".

Considerando as regras sobre a manifestação da vontade e a interpretação do silêncio no Código Civil, assinale a alternativa correta:

- a) O silêncio de TSUNAMI afasta por completo a existência do negócio jurídico, uma vez que o Código Civil exige manifestação de vontade necessariamente expressa (escrita ou verbal) para a validade de qualquer contrato de natureza onerosa.

- b) O silêncio importa anuência quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e não for necessária uma declaração de vontade expressa; diante da prática reiterada entre as partes por três anos, o silêncio de TSUNAMI ao receber e utilizar os insumos operou como aceitação qualificada, tornando o negócio plenamente válido e exigível.
- c) No ordenamento jurídico brasileiro, o silêncio gera uma presunção absoluta (*juris et de jure*) de aceitação em qualquer modalidade de negócio jurídico, independentemente do histórico de relacionamento das partes ou das práticas de mercado.
- d) O silêncio de TSUNAMI configura aceitação tácita puramente processual, o que exigiria de CHAOLIN a notificação por cartório antes do vencimento para converter o ato em obrigação civil líquida e certa.

Questão 09

DOMINGA ajuizou ação de cobrança em face de WANDO, pleiteando o recebimento de R\$ 45.000,00 decorrentes de um contrato escrito de prestação de serviços de pintura predial. Em sua contestação, WANDO alegou exclusivamente a exceção do contrato não cumprido, afirmando que a pintura não foi finalizada. Na fase de especificação de provas, WANDO requereu a quebra do sigilo bancário e fiscal de DOMINGA dos últimos cinco anos, bem como a oitiva de três testemunhas para comprovar que DOMINGA possuía o hábito de apostar em jogos de azar clandestinos e que já havia sido processado por briga de trânsito. O juiz indeferiu sumariamente os requerimentos. WANDO recorreu da decisão, sustentando cerceamento de defesa e violação ao Artigo 212 do Código Civil, que garante a ampla utilização dos meios de prova.

Considerando o regime jurídico da pertinência probatória, assinale a alternativa correta:

- a) O juiz cometeu cerceamento de defesa, pois a conduta moral e a saúde financeira do autor (DOMINGA) são fatos correlatos indispensáveis para aferir a validade de qualquer contrato cível oneroso.
- b) Toda prova testemunhal em ações de cobrança é considerada impertinente por força do princípio do formalismo documental absoluto instituído pela Lei da Liberdade Econômica.
- c) O indeferimento de provas requeridas pelo réu opera a inversão automática do ônus da prova de natureza absoluta (*juris et de jure*) em favor de WANDO, presumindo-se extinta a dívida.
- d) A quebra de sigilo e os testemunhos sobre apostas e brigas de trânsito constituem provas impertinentes; o juiz deve indeferir a produção de provas sobre fatos que não influam no julgamento da causa; como o litígio versa estritamente sobre a execução ou não da pintura predial, a vida pessoal e as finanças pretéritas do autor são irrelevantes para o desfecho da lide.

Questão 10

AUGUSTO celebrou um contrato de mútuo (empréstimo) com BERSSANGE, recebendo a quantia de R\$ 10.000,00 no dia 31 de agosto de 2026. O instrumento contratual fixou o termo de vencimento da obrigação para exatamente 01 (um) mês a contar da data da entrega do dinheiro. Sabendo que o mês subsequente (setembro) possui apenas 30 dias e não conta com o dia 31 em seu calendário oficial, surgiu uma divergência entre as partes: BERSSANGE exigiu o pagamento no dia 30 de setembro de 2026, alegando ser o último dia do mês correspondente; AUGUSTO, por sua vez, sustentou que o prazo deveria se estender até o dia 01 de outubro de 2026 por aplicação analógica da regra do dia imediato.

Considerando as regras expressas de contagem de prazos materiais instituídas pelo Código Civil brasileiro, assinale a alternativa correta:

- A) A contagem de prazos em meses exige a conversão matemática obrigatória para o padrão fixo de 30 dias; iniciando em 31 de agosto, o termo final expirou exatamente em 30 de setembro de 2026, assistindo razão a Pipoca.
- B) Os prazos de meses e anos expiram no dia de igual número do de início, ou no imediato, se faltar exata correspondência; como o mês de setembro não possui o dia 31, o prazo encontra correspondência

no dia imediatamente seguinte, ou seja, no dia 01 de outubro de 2026, data em que Acerola poderá pagar sem incorrer em mora.

C) A falta de correspondência exata do dia 31 no mês de vencimento gera a nulidade absoluta do contrato por objeto juridicamente indeterminado.

D) O prazo em meses estabelecido em contrato verbal ou escrito flui de hora em hora, operando-se a preclusão fática no primeiro minuto do mês subsequente.

Disciplina: Direito Internacional

Professor: Leilane Camargos

Questão 11

São fontes principais contidas no Estatuto da Corte Internacional de Justiça:

- a) Convenções, costumes internacionais e princípios gerais de direito
- b) Convenções, “ex aequo et bono” e decisões dos tribunais internacionais
- c) Decisões dos tribunais internacionais, doutrinas dos principais doutrinadores de direito internacional e costume internacional
- d) Resolução da Onu, Atos Unilaterais e costume internacional

Questão 12

Sobre o “*jus cogens*” responda:

- a) São normas dotadas de superioridade e inderrogabilidade
- b) Os Estados podem alterar o *jus cogens* por causa de sua soberania
- c) Se o Tratado conflitar com uma norma de *jus cogens*, esse tratado terá um tempo para se adequar
- d) Se o tratado já existir quando surgir um novo *jus cogens*, o tratado continuará em vigência não se falando em extinção.

Questão 13

Sobre a competência negocial para os tratados, assinale a correta:

- a) Os Chefes de Estado e Chefe de Governo tem competência originária para assinar tratados
- b) Os Chefes de Estado, chefes de Governo e Ministro das Relações Exteriores tem competência originária para assinar tratados
- c) O chefe de Estado precisa de uma carta de plenos poderes.
- d) Os chefes de missão diplomática, perante o Estado acreditado, precisa apresentar carta de plenos poderes.

Questão 14

Se um tratado de Direitos Humanos foi aprovado pelo Congresso Nacional antes da EC 45/2004, ele terá status de:

- a) Status de emenda constitucional
- b) Status legal
- c) Status supra legal
- d) Sem status

Disciplina: Direito Constitucional II
Professora: Mário M. Miranda

Questão 15

O Juízo da 10ª Vara Criminal do Estado Alfa, com base nos elementos probatórios dos autos, defere medida de busca e apreensão a ser realizada na residência de João. Devido à intensa movimentação de pessoas durante o período diurno, bem como para evitar a destruição deliberada de provas, o delegado de polícia determina que as diligências necessárias ao cumprimento da ordem sejam realizadas à noite, quando João estaria dormindo, aumentando as chances de sucesso da incursão.

Sobre o caso hipotético narrado, com base no texto constitucional, assinale a afirmativa correta.

- A) A inviolabilidade de domicílio, embora possa ser relativizada em casos pontuais, não autoriza que as diligências necessárias ao cumprimento do mandado de busca e apreensão na residência de João sejam efetivadas durante o período noturno.
- B) A incursão policial na residência de João se justificaria apenas em caso de flagrante delito, mas, inexistindo a situação de flagrância, o mandado de busca e apreensão expedido pelo Juízo da 10ª Vara Criminal do Estado Alfa é nulo.
- C) O cumprimento da medida de busca e apreensão durante o período noturno é justificado pelas razões invocadas pelo Delegado, de modo que a inviolabilidade de domicílio cede espaço à efetividade e à imperatividade dos atos estatais.
- D) A inviolabilidade de domicílio não é uma garantia absoluta e, estando a ordem expedida pelo Juízo da 10ª Vara Criminal devidamente fundamentada, o seu cumprimento pode ser realizado a qualquer hora do dia ou da noite.

Questão 16

Durante prisão em flagrante, um policial apreendeu o telefone celular que estava em posse do preso. Sem solicitar autorização judicial e sem obter consentimento expresso e livre do titular, o agente acessou conversas armazenadas no WhatsApp e utilizou seu conteúdo para fundamentar a investigação.

Em outra situação, durante operação de busca e apreensão regularmente autorizada por decisão judicial, a autoridade policial apreendeu um telefone celular e examinou os dados nele armazenados, inclusive conversas do WhatsApp, nos limites da decisão judicial.

Considerando a jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a afirmativa correta.

- A) As provas são lícitas nos dois casos, pois a apreensão do aparelho autoriza automaticamente o acesso ao seu conteúdo.
- B) As provas são ilícitas nos dois casos, pois conversas armazenadas em celular jamais podem ser acessadas pela autoridade policial.
- C) No primeiro caso, as provas são ilícitas, salvo consentimento válido ou autorização judicial; no segundo, o acesso é admissível quando abrangido por ordem judicial fundamentada, sem necessidade de nova autorização específica.
- D) No primeiro caso, as provas são lícitas porque decorreram de prisão em flagrante; no segundo, exige-se sempre nova autorização judicial específica para acessar o WhatsApp.

Questão 17

Os produtores rurais do Município X organizaram uma associação civil sem fins lucrativos para dinamizar a exploração de atividade econômica pelos associados, bem como para fins de representá-los nas demandas de caráter administrativo e judicial.

Anderson, proprietário de uma fazenda na região, passa a receber, mensalmente, carnê contendo a cobrança de uma taxa associativa, embora nunca tivesse manifestado qualquer interesse em ingressar na referida entidade associativa.

Em consulta junto aos órgãos municipais, Anderson descobre que a associação de produtores rurais, embora tenha sido criada na forma da lei, jamais obteve autorização estatal para funcionar. Diante disso, procura um escritório de advocacia especializado, para pleitear, judicialmente, a interrupção da cobrança e a suspensão das atividades associativas.

Sobre a questão em comento, assinale a afirmativa correta.

- A) Anderson pode pleitear judicialmente a interrupção da cobrança, a qual revela-se indevida, pois ninguém pode ser compelido a associar-se ou a permanecer associado, ressaltando-se que a falta de autorização estatal não configura motivo idôneo para a suspensão das atividades da associação.
- B) As associações representativas de classes gozam de proteção absoluta na ordem constitucional, de modo que podem ser instituídas independentemente de autorização estatal e apenas terão suas atividades suspensas quando houver decisão judicial com trânsito em julgado.
- C) A Constituição de 1988 assegura a plena liberdade de associação para fins lícitos, vedando apenas aquelas de caráter paramilitar, de modo que Anderson não pode insurgir-se contra a cobrança, vez que desempenha atividade de produção e deve associar-se compulsoriamente.
- D) A liberdade associativa, tendo em vista sua natureza de direito fundamental, não pode ser objeto de qualquer intervenção do Poder Judiciário, de modo que Anderson apenas poderia pleitear administrativamente a interrupção da cobrança dos valores que entende indevidos.

Questão 18

Acerca dos direitos fundamentais previstos no art. 5º da Constituição Federal, julgue os itens seguintes.

- I. É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.
- II. O sigilo da correspondência, das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas poderá ser afastado, em qualquer hipótese, por ordem judicial.
- III. É assegurado a todos o acesso à informação, sendo resguardado o sigilo da fonte quando necessário ao exercício profissional.
- IV. A realização de reunião pacífica, sem armas, em local aberto ao público depende de autorização prévia da autoridade competente, ainda que seja feito o prévio aviso.

Estão certos apenas os itens:

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) II e IV.
- D) III e IV.

Questão 19

Durante uma entrevista transmitida por uma emissora de televisão, uma jornalista publicou reportagem criticando a atuação de determinado prefeito. No texto, afirmou que a administração municipal era “desastrosa”, “incompetente” e “indigna de confiança”. O prefeito ajuizou ação para impedir a retransmissão da reportagem, alegando que as expressões utilizadas seriam ofensivas e requerendo censura prévia do conteúdo.

Considerando a Constituição Federal e a jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a afirmativa correta.

- A) O Poder Judiciário pode impedir previamente a divulgação da reportagem sempre que a autoridade pública se sentir ofendida.
- B) A liberdade de imprensa protege apenas informações objetivas, não abrangendo opiniões, críticas ou linguagem contundente.
- C) A condição de agente público impede qualquer responsabilização por ofensas divulgadas pela imprensa.
- D) A crítica jornalística a agente público, ainda que áspera, sarcástica ou irreverente, é protegida pela liberdade de expressão, sendo vedada a censura prévia, sem prejuízo de eventual responsabilização posterior por abuso comprovado.

Disciplina: Economia Política
Professora: Roberta Favalessa

Questão 20

O feudalismo europeu estruturou-se originalmente como uma sociedade sumamente rural, fragmentada e dividida em classes rígidas. Contudo, o crescimento das vilas e a organização dos trabalhadores urbanos desencadearam a transição para o capitalismo. Com base nas características socioeconômicas do feudalismo, no surgimento das cidades e na evolução das corporações de ofício apresentadas no texto, assinale a alternativa correta:

- A) O feudalismo possuía alta mobilidade social entre servos, nobreza e clero, o que permitiu aos trabalhadores rurais enriquecerem rapidamente por meio do acúmulo planejado de moedas de ouro e prata desde o século V.
- B) A economia feudal clássica era caracterizada por processos agrícolas de subsistência e autossuficientes, onde predominava o escambo em vez de moedas, e os servos eram explorados economicamente por tributos como a talha, dízimo, capitação e banalidade.
- C) As cidades medievais desenvolveram-se isoladas do comércio intermunicipal, inviabilizando o surgimento de polos mercantis marítimos importantes como Veneza e impedindo que os antigos artesãos se destacassem dos demais servos.
- D) As corporações de ofício medievais baseavam-se no livre empreendimento concorrencial moderno, extinguindo a divisão entre mestres e aprendizes e rejeitando qualquer tipo de monopólio sobre a produção manual de manufaturas.

Questão 21

A Escola Clássica da economia, embora unida por princípios básicos em favor do capitalismo industrial, apresentou divergências teóricas profundas entre seus principais expoentes. Com base nas ideias de Adam Smith, Thomas Malthus, David Ricardo e John Stuart Mill apresentadas no texto, assinale a alternativa correta:

- A) Adam Smith defendia que a riqueza de uma nação dependia da acumulação de metais preciosos por meio de barreiras alfandegárias estritas, rejeitando a divisão social do trabalho e o conceito de interesse próprio.
- B) Thomas Malthus argumentava que a miséria humana decorria do crescimento populacional em progressão aritmética, enquanto a produção de alimentos crescia em progressão geométrica, recomendando políticas agressivas de distribuição de renda para os operários.
- C) David Ricardo utilizou o método lógico-dedutivo para contrapor-se às tarifas de importação de cereais e desenvolveu a "Lei Férrea dos Salários", a qual postula que o preço natural do trabalho tende a equivaler apenas ao necessário para a subsistência do trabalhador e de sua família.
- D) John Stuart Mill limitou-se a replicar integralmente as premissas de Ricardo, afirmando que o Estado jamais deveria intervir na economia ou patrocinar a educação, e rejeitou analisar regimes alternativos ao capitalismo.

Disciplina: Comunicação e Expressão
Professora: Gislaïne de Cássia

Questão 22



Os **elementos da comunicação** são os componentes básicos necessários para que qualquer ato de troca de informações aconteça. Em relação a esses elementos, assinale a alternativa **incorreta**:

- A) Emissor é quem fala, aquele que emite uma mensagem.
- B) Código é o conjunto de signos organizados segundo regras de combinação usadas para a elaboração da mensagem.
- C) Canal é o meio físico de veiculação da mensagem que possibilita o contato entre receptor e emissor.
- D) Receptor é aquilo a que a mensagem se refere; contexto; situação; fato, dado

Questão 23

Diálogo de todo dia

- Alô, quem fala?
- Ninguém. Quem fala é você que está perguntando quem fala.
- Mas eu preciso saber com quem estou falando.
- E eu preciso saber antes a quem estou respondendo.
- Assim não dá. Me faz o obséquio de dizer quem fala?
- Todo mundo fala, meu amigo, desde que não seja mudo.
- Isso eu sei, não precisava me dizer como novidade. Eu queria saber é quem está no aparelho.
- Ah, sim. No aparelho não está ninguém.
- Como não está, se você está me respondendo?
- Eu estou fora do aparelho. Dentro do aparelho não cabe ninguém.
- Engraçadinho. Então, quem está fora do aparelho?
- Agora melhorou. Estou eu, para servi-lo.
- Não parece. Se fosse para me servir já teria dito quem está falando.
- Bem, nós dois estamos falando. Eu de cá, você de lá. E um não conhece o outro.
- Se eu conhecesse não estava perguntando.
- Você é muito perguntador. Pois se fui eu que telefonei.
- Não perguntei nem vou perguntar. Não estou interessado em conhecer outras pessoas.
- Mas podia estar interessado pelo menos em responder a quem telefonou.
- Estou respondendo.
- Pela última vez, cavalheiro, e em nome de Deus: quem fala?
- Pela última vez, e em nome da segurança, por que eu sou obrigado a dar esta informação a um desconhecido?
- Bolas!

— Bolas digo eu. Bolas e carambolas. Por acaso você não pode dizer com quem deseja falar, para eu lhe responder se essa pessoa está ou não aqui, mora ou não mora neste endereço? Vamos, diga de uma vez por todas: com quem deseja falar?

Silêncio.

— Vamos, diga: com quem deseja falar?

— Desculpe, a confusão é tanta que eu nem sei mais. Esqueci. Tchau.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Diálogo de todo dia. In: Para gostar de ler Júnior. v. 3. São Paulo: Ática, 2001. p. 21–22.

Na crônica de Carlos Drummond de Andrade, a confusão entre os falantes é desencadeada por um trecho em que predomina a função da linguagem

- a) conativa, pois pretende-se saber com quem se fala e, por isso, o emissor se direciona ao receptor.
- b) fática, pois a pergunta sobre quem fala inicia o diálogo ao abrir o canal de comunicação.
- c) poética, pois ressaí a intenção de construir uma narrativa humorística a partir de um jogo de linguagem.
- d) fática, pois o autor vale-se de marcas de oralidade ao longo do diálogo, como “Ah, sim”, “engraçadinho” e “bolas!”.